

PROCEDIMENTO DOS DÉFICES EXCESSIVOS

(1.ª Notificação de 2018)

Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, o INE envia para o Eurostat, até ao final do mês corrente, a primeira notificação de 2018 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE).

Em cumprimento do disposto na Lei Orgânica n.º 2/2013 – Lei de Finanças das Regiões Autónomas, Capítulo V – Prestação de contas, artigo 21.º, sobre o Procedimento dos Défices, a Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM), apresentou no passado dia 19 de março à composição restrita do Grupo de Estatísticas das Administrações Públicas (GEAP) - formado por técnicos do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Departamento de Estatística do Banco de Portugal e da Direção Geral do Orçamento - uma estimativa da Conta não financeira e financeira da Administração Pública Regional (APR) da Madeira, na ótica das Contas Nacionais, de acordo com a metodologia do SEC 2010 e do Manual do Défice e da Dívida aprovado pelo Eurostat.

A compilação da capacidade / necessidade líquida de financiamento e da dívida pública é efetuada em estreita ligação com as autoridades estatísticas nacionais, ou seja, com o INE no primeiro caso e com o Banco de Portugal no segundo. Estes organismos são ainda responsáveis pela validação da informação reportada.



Saldo da Administração Pública Regional

No quadro seguinte apresenta-se o saldo da APR da Região Autónoma da Madeira entre 2014 e 2017 por subsector.

Unid: milhões de euros

Administração Pública Regional da Madeira	Anos			
	2014	2015	2016	2017
	Final	Final	Provisório	Provisório
Governo Regional da Madeira	80,3	71,7	-161,3	-25,8
Serviços e Fundos Autónomos da APR	35,7	47,8	27,0	12,9
Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR	-1,4	57,7	367,8	98,1
Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento	114,6	177,2	233,5	85,2

Em 2017, a capacidade de financiamento da Administração Pública Regional da Madeira situou-se em 85,2 milhões de euros. Note-se que 2017 foi o quinto ano consecutivo em que se registou um saldo positivo nas contas da Administração Pública Regional. Entre 2013 e 2016, a capacidade de financiamento da APR da Madeira cresceu progressivamente passando dos 83,6 milhões de euros em 2013 para os 233,5 milhões de euros em 2016, registando-se em 2017, um saldo ainda positivo mas de menor expressão (85,2 milhões de euros), o que se explica em boa medida por uma redução da receita fiscal (particularmente do IRC) face a 2016.

Refira-se que o saldo negativo no subsector do Governo Regional da Madeira (GRM) e o saldo superavitário no subsector das Empresas públicas classificadas no perímetro da APR deve-se fundamentalmente ao aumento de capital na empresa pública SESARAM no valor de 75,0 milhões de euros. No saldo global da Administração Pública Regional o impacto é nulo, no entanto esta operação tem um impacto negativo no subsector Governo Regional da Madeira e um impacto positivo de igual dimensão no subsector das Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR.

No apuramento do saldo das Administrações Públicas na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. Na Contabilidade Pública segue-se uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos em períodos anteriores. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

delimitação setorial do setor das Administrações Públicas, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das Administrações Públicas na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das Administrações Públicas de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.

Abaixo apresenta-se um quadro que sintetiza os principais ajustamentos para o ano de 2017.

Unid: milhões de euros

Rubricas	2017
Saldo em contabilidade pública	-126,7
Variação passivos - outras contas a pagar do GR e SFA	134,0
Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR	98,1
Outros ajustamentos	- 20,2
Saldo em contabilidade nacional	85,2

A passagem de um saldo negativo em contabilidade pública para um saldo positivo em contabilidade nacional explica-se fundamentalmente pelos pagamentos (regularização) de dívidas de anos anteriores, refletidos na rubrica "Variação passivos – outras contas a pagar do GR e SFA" e pelo saldo superavitário no subsector das Empresas públicas classificadas no perímetro da APR.

Dívida Bruta da Administração Pública Regional

Relativamente à dívida bruta, de acordo com a legislação europeia sobre esta matéria, importa ter presente os seguintes esclarecimentos: i. É excluída a dívida comercial que não esteja incluída em acordo de regularização de dívida; ii. É excluída a dívida das empresas públicas que não integram o sector das Administrações Públicas; iii. A dívida dos municípios e freguesias localizados nos territórios das Regiões Autónomas é registada no subsector da Administração Local.



No quadro seguinte apresenta-se os valores da dívida bruta regional entre 2014 e 2017, por subsector.

Unid: milhões de euros

Administração Pública Regional (APR)	Anos			
	2014 Final	2015 Final	2016 Provisório	2017 Provisório
Governo Regional e Serviços e Fundos Autónomos	3 699,8	3 961,8	3 967,6	4 124,8
Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR	1 057,0	972,3	885,1	741,5
Dívida Bruta	4 756,9	4 934,1	4 852,8	4 866,3
Produto Interno Bruto Regional, a preços de mercado	4 124,2	4 237,1	4 353,4	x
<i>Por Memória:</i>				
Rácio Capacidade / necessidade líquida de financiamento da APR no PIBRpm	2,8%	4,2%	5,4%	x
Rácio Dívida Bruta da APR no PIBRpm	115,3%	116,5%	111,5%	x

PIBRpm - Produto Interno Bruto Regional, a preços de mercado

x - Não disponível

<https://estatistica.madeira.gov.pt/>

A dívida bruta da Administração Pública Regional da Madeira em 2017 situava-se nos 4 866,3 milhões de euros, tendo aumentado cerca de 13,6 milhões de euros em relação ao ano de 2016, influenciado essencialmente pelo impacto da operação de reestruturação dos contratos swaps com o BST.

Excluindo-se esse efeito, assinala-se uma redução do valor em dívida relacionado com Acordos de Regularização de Dívida que amortizou parcialmente aquele aumento.

Nos termos do Regulamento (CE) n.º 479/2009 do Conselho, as notificações iniciam um trabalho conjunto das autoridades estatísticas nacionais com o Eurostat o qual, no prazo de 3 semanas, deverá apreciar as notificações e publicar os resultados finais para todos os Estados-membros.



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"